

**EXCELENTÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA BIRIGUI/SP**

Concorrência Eletrônica 02/2024

Edital nº 016/2024

**CONTRANOTIFICAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.605.981/0001-30, por seu representante legal que esta subscreve, vem, com o devido respeito e vênias perante a Augustíssima Comissão Permanente de Licitação, apresentar a presente **CONTRARRAZÕES** em oposição ao Recurso Administrativo impetrado pela empresa **A.R DE CAMPOS LTDA**, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.406.547/0001-30, com sede à Avenida Cassiano Ricardo, nº 601, sala 161 e 163, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP, CEP: 12246-870, nos termos que se seguem, e em estrita observância às normativas aplicáveis e ao princípio da legalidade que rege os atos administrativos.

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP  
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP  
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP  
contato@malufegarciaadvocacia.com.br  
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632

## I – SÍNTESE DO PROCEDIMENTO

---

Trata-se de certame licitatório promovido pelo município de Birigui/SP, com o objetivo de contratação de empresa especializada para execução de obra, em regime de empreitada, por menor preço global consistente na execução da 3ª etapa de trecho de emissário de esgoto do baixotes com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiros e projetos fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

Credenciadas as partes, restou classificada a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME na etapa competitiva, por apresentar melhor processo, pelo qual restou habilitada, após apresentação de documentação adicional, pelo Ilmo. Pregoeiro.

Contra a decisão, manifestou interesse em recorrer a empresa AR DE CAMPOS LTDA, que apresentou tempestivamente seu recurso, alegando, em suma, que esta empresa apresentou documentos de habilitação jurídica e comprovante de vínculo com responsável técnica em desacordo com as exigências editalícias.

Sem razão o recorrente, o que melhor se fundamentará.

## II – DO MERITO

---

Resumidos os fatos, passar-se-á a fundamentação.

### II.a – da Incompatibilidade Entre as Atividades da Empresa e o Objeto do Edital

---

Alegou a recorrente, em suma, violação aos itens 4, 10.7.2.1 E 10.7.2.2 do edital,

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP  
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP  
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP  
contato@malufegarciaadvocacia.com.br  
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632

haja vista que a atividade empresarial desta empresa, supostamente, é divergente com as características do objeto licitado, apontando-se violação ao artigo 66 da Lei 14.233/21.

Aponta que as atividades de Construção de Edifício (41.20-4-00); Administração de obras (42.11-1-01); Construção de rodovias e ferrovias (42.11-1-01) e Obras de Alvenaria (43.99-1-03) são incompatíveis com o objeto principal da licitação, haja vista não se relacionarem com atividades relacionadas a redes de abastecimento de água e rede de coleta de esgoto.

As atividades enumeradas por esta licitante compreendem não apenas o objeto do edital, mas também àquelas consignadas pela recorrente em seu contrato social, de modo que a empresa A R DE CAMPOS LTDA apenas discriminou de maneira mais especificada em ocasião a abertura da pessoa jurídica. Trata-se, simples e literalmente, de quem marcou mais “Xs” nos formulários entregues pela administração ou escreveu mais palavras no contrato/estatuto social.

No mais, a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO M.E. explora, conforme registro empresarial, a atividade de “Execução de Ferrovias e Rodovias”, “Construção de obras viárias” e **“Instalações Hidráulicas e Elétricas”**, que inclui todos os serviços relacionados e necessários de infraestrutura para o objeto da licitação e seu regular funcionamento, como a rede de abastecimento de água (Instalações Hidráulicas), esgoto (Instalações Hidráulicas) e transmissão de energia elétrica.

Cediço que as exigências de compatibilidade das atividades empresariais com o objeto do contrato indicam que a empresa não pode participar de licitação cujo objeto principal diverge da atividade por ela realizada, mas nunca trazer imposição legal de que os empresários tenham discriminadas todas as atividades especificamente.

Nesse sentido, cabe destacar a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr (em **Licitação Pública e Contrato Administrativo**. Curitiba: Editora Zênite, 2008. p. 222.):

(...) a Lei nº [8.666/93](#), pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação. (...)

Dessa sorte, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação, de modo a dever, o licitante, ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade. Repita-se que o documento constitutivo não precisa dispor expressa e especificamente sobre o objeto da licitação. Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho (em **Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553)

" (...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação ".

Convergem, na interpretação ora defendida, tanto os Tribunais Judiciais como o Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com

fulcro na competitividade. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara)

Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)

Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)

MANDADO DE SEGURANÇA. Licitação. Alegação de falta de qualificação técnica e inexequibilidade da proposta apresentada pela vencedora de pregão presencial para contratação de serviço de coleta de resíduos. Atestados técnicos em nome de pessoas jurídicas incorporadas pela candidata. Irrelevância do CNAE específico ao serviço contratado, abrangido por seu objeto social mais amplo. Alegação de inexequibilidade da proposta baseada em impressões subjetivas, não prestigiada pela prova produzida. Recurso não provido. (TJ-SP - AC: 10014547220198260247 SP 1001454-72.2019.8.26.0247, Relator: Coimbra Schmidt, Data de Julgamento: 05/08/2021, 7ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 05/08/2021)

Pontua-se, ademais, que os requisitos de habilitação devem ser exigidos nos estritos limites do art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21 (art. 27 e seguintes da Lei 8.666/93), e estes não exigem habilitação pautada nos códigos da CNAE, ou que o objeto social da empresa seja idêntico ao objeto da licitação, de modo que, **inabilitar** licitante por este motivo equivaleria a criar **imposição legal inexistente na legislação, em afronta ao princípio da**

## **legalidade (Art. 5º, II, CF).<sup>1</sup>**

Ademais, a Lei 14.133/21 privilegia o interesse público e da administração, prevendo-se expressamente que o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo (art. 12, III). Nesse sentido, corrobora a jurisprudência sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. (...). A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes. Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. (TJRS, Apelação / Remessa Necessária 70078093887, Relator(a): Marcelo Bandeira Pereira, Vigésima Primeira Câmara Cível, Julgado em: 22/08/2018, Publicado em: 29/08/2018, #53708945)

Em arremate, considerando a (I) compatibilidade do objeto social da pessoa jurídica com o objeto em certame, (II) inexistência de previsão legal de identidade das

---

<sup>1</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

atividades; (III) ser objetivo do processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública (art. 11, I, Lei 14.133/21, rigoroso ser ilegal e desproporcional inabilitar essa licitante pela suposta incompatibilidade alegada, sobretudo considerando-se o atestado de execução de serviços para comprovação técnica apresentado, que denota realização de serviço similar / idêntico com **complexidade superior** ao exigido no certame.

## II.a – do Piso Da Categoria

Alegou-se que a empresa VINICUIS NOGUEIRA FABRICIO, vencedora do certame, não cumpre os requisitos mínimo previstos na legislação relacionados ao salário-mínimo de seu responsável técnico.

Precipuamente, vale ressaltar que o tópico é um nada jurídico, de modo que quaisquer negócios ou relacionamentos jurídicos particulares, desta licitante, que não citados no edital ou na Lei 14.133/21 como óbices para participar da licitação, não podem dar causa à inabilitação ou desclassificação, haja vista os princípios constitucionais da pessoalidade e da legalidade.

No mais, os valores previstos no contrato de prestação de serviços referem-se, conforme bem delineado no contrato, a uma carga horário parcial. Sendo lícito aos particulares se organizarem da melhor forma que lhes convém, ademais, não tem como a recorrente afirmar que o engenheiro auferir valor inferior ao mínimo, haja vista ser possível a existência de múltiplos contratos, de prestação de serviços ou parcerias.

Se por amor ao colega profissional, o valor da contraprestação de serviço lhes enfadou, basta oferecê-lo valor melhor ou comunicar o fato às autoridades competentes para

apuração.

### III – DOS PEDIDOS

---

Reitera-se, diante da análise minuciosa dos recursos e das normativas que regem o certame, a solicitação para que esta renomada Comissão de Licitação rejeite integralmente o recurso administrativo apresentado por não atender ao critério legal e técnico exigido, e por não demonstrar fundamento suficiente que justifique a alteração do resultado da licitação.

Nesses termos, pede deferimento.

Presidente Prudente/SP, 6 de maio de 2024.

**Murilo Sapia Garcia**

OAB/SP nº 472.114

**Vinicius Nogueira Fabricio**

**Representante**

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP  
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP  
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP  
contato@malufegarciaadvocacia.com.br  
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632